



## LEGISLATIVO DEBATE FUTURO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM SC

Audiência aponta caminhos para dar apoio a empreendimentos que ganharam previsão constitucional para obter recursos

A Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia promoveu, dia 8, audiência pública para discutir políticas públicas para promover a economia solidária. Proposta de emenda constitucional, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera (PT), aprovada na semana passada, acrescentou o inciso I do artigo 136 da Constituição Estadual, possibilitando apoio estadual para cerca de 1.300 empreendimentos solidários.

Na reunião, o secretário de Assistência Social, Trabalho e Habitação, Serafim Venzon, chamou a atenção para previsão no PPA de recursos financeiros nos orçamentos de 2012, 2013 e 2014.

Entre outras reivindicações, estão a criação de uma Frente Parlamentar de Economia Solidária e o reconhecimento, por parte dos governos municipais, estaduais e da União, das diferenças e especificidades da economia solidária, que tem como base a divisão dos lucros entre os associados e cooperados.



Representantes de empreendimentos de economia solidária em Santa Catarina falam de seus projetos e defendem investimentos

ALBERTO NEVES

PÁGINA 6

### A REALIDADE DA INFÂNCIA CATARINENSE



Banda Marcial da Combentu, de Tubarão, se apresenta durante audiência pública na Assembleia

PÁGINA 5

### O DIAGNÓSTICO DA SAÚDE NO ALTO VALE



Comissão de Saúde ouve demandas da região integrada por 28 municípios e 22 unidades hospitalares

PÁGINAS 4 E 5





## HOSPITAIS FILANTRÓPICOS

Este início de semana foi marcado por mais uma série de visitas de representantes do governo do Estado a hospitais filantrópicos da região do Vale do Itajaí. Desde o começo de 2011 tenho acompanhado estas visitas e hoje posso afirmar, com toda a certeza, que são estas estruturas que mantêm a maior parte dos atendimentos de média a alta complexidade e dessa forma, são responsáveis pela saúde curativa em quase todo o interior do estado. Situações que merecem uma contra partida maior do governo.

Precisamos repensar a gestão da saúde no estado e desenvolver programas que possibilitem a aplicação de mais recursos nos hospitais filantrópicos, e assim permitir que estas entidades se mantenham fortes para atender cada vez melhor a população.

O primeiro passo para melhorar todas estas realidades é reajustar a tabela de valores pagos por atendimento por parte do governo federal.

Atualmente, atender pelo SUS representa a certeza de prejuízo para estas instituições.

Outra questão que é importante pontuar é a necessidade de os governos federal e do Estado buscarem alternativas para recuperar as estruturas e equipar estas instituições. Hoje já percebemos a existência de programas em parceria com a iniciativa privada, através de incentivos fiscais para os setores de cultura, esporte e educação.

Se também falta dinheiro para a saúde, chegou a hora de os poderes executivo e legislativo desenvolverem algo semelhante para auxiliar os hospitais filantrópicos que são responsáveis por atender milhares de pacientes todos os dias e que continuam sofrendo com a falta de recursos para pagar as despesas que deveriam ser de responsabilidade do poder público.

**DEPUTADO ALDO SCHNEIDER**  
(PMDB)



## ECONOMIA CATARINENSE

A antiquada política macroeconômica do Banco Central (taxas de juro exorbitantes, supervalorização cambial, etc.) permanece inviabilizando a reestruturação efetiva do instituto da reserva de mercado, prejudicando sobremaneira o setor industrial e bloqueando a pauta de reivindicações da classe trabalhadora.

As estatísticas recentes de Santa Catarina, unidade federativa modelo em termos de estrutura industrial, explicitam essa situação. De acordo com recente pesquisa da FIESC, 40% das empresas catarinenses são negativamente atingidas pela entrada de produtos chineses em nosso mercado e cerca de 60% pela concorrência externa desigual, o que acaba por forçar a terceirização da produção (17% dos casos verificados) e ampliar os níveis de desemprego (vide os casos dos setores têxtil da Grande Florianópolis, Brusque e Blumenau, moveleiro do Planalto Norte e Oeste e de revesti-

mentos cerâmicos no Sul). Isso sem falar em nosso déficit comercial de US\$ 513 milhões e na baixa taxa de crescimento comparativamente a outros estados brasileiros.

É missão basilar do conjunto de poderes constituídos a ativação de todos os dispositivos institucionais existentes no sentido de viabilizar a ampliação da rentabilidade do setor produtivo, posicionando-o como eixo central do desenvolvimento catarinense e brasileiro. A condução dos padrões de tributação a patamares civilizados, a melhoria da defasada infra-estrutura estadual (contorno viário Biguaçu – Palhoça, trecho sul da BR 101, etc.) e a manutenção de diálogo constante com o governo federal são componentes centrais do conjunto de proposições de nosso mandato.

**DEPUTADA ANGELA ALBINO**  
(PCdoB)

## HOMENAGEM



*O AL Notícias dedica esta edição à jornalista Patrícia Jacomel, falecida prematuramente no dia 8 de junho, aos 36 anos. Profissional qualificada, trabalhou na RBS TV e integrou a equipe da Diretoria de Comunicação Social da Assembleia Legislativa de Santa Catarina como repórter da TVAL entre 2002 e 2007. Consternados com a notícia, os deputados fizeram um minuto de silêncio em sua homenagem na sessão do dia 8. Além das inúmeras reportagens e documentários, Patrícia Jacomel deixa na lembrança de parlamentares, servidores e amigos do Legislativo catarinense seu exemplo de integridade e comprometimento.*

## AGENDA DA SEMANA

**Dia 15, 9 horas** – Comissão de Saúde - Audiência pública “Financiamento e a tabela do SUS”  
**Local:** Plenário

**Dia 15, 19 horas** – Sessão especial em homenagem aos 50 anos do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)  
**Local:** Plenário e Galeria de Arte Ernesto Meyer Filho

**Dia 16, 19h30min** – Sessão solene em homenagem à Tuper na passagem dos 40 anos de fundação  
**Local:** Sociedade Desportiva Guarani - São Bento do Sul

**Dia 17, 13h30min** – Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher - Audiência pública “A criação da Delegacia da Mulher na região de São Lourenço do Oeste”  
**Local:** Pavilhão Comunitário - Coronel Martins

### Mesa



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

**Presidente:** Gelson Merisio (DEM)

**1º Vice-Presidente:** Moacir Sopelsa (PMDB)

**2º Vice-Presidente:** Nilson Gonçalves (PSDB)

**1º Secretário:** Jailson Lima (PT)

**2º Secretário:** Reno Caramori (PP)

**3º Secretário:** Antônio Aguiar (PMDB)

**4º Secretária:** Ana Paula Lima (PT)

**Assembleia na internet:** <http://www.alesc.sc.gov.br>

**Tiragem:** 8 mil exemplares

**Impressão:** Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

### Diretoria de Comunicação Social

JORNAL DA ASSEMBLEIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**AL NOTÍCIAS**

**Diretora de Comunicação Social:** Lúcia Helena Vieira  
**Coordenadora de Imprensa:** Tayana Cardoso de Oliveira

**Edição:** Cleia Maria Braganholo e Sandra Annuseck

**Diagramação e Artes:** Lucas Gabriel Diniz, Tiago Fontão Alexandre (estagiário) e Victor Carvalho Barbato (estagiário)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina  
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

**CRÍTICAS E SUGESTÕES**

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021  
imprensa@alesc.sc.gov.br

**Chefe de Redação:** Rubens Vargas

**Reportagens:** Alexandre José Back, Lisandrea Costa, Rossana Espezin, Tatiani Magalhães e Vitor Santos

**Fotografia:** Alberto Neves, Carlos Kilian, Danielle da Silva (estagiária), Eduardo Guedes de Oliveira, Fábio Queiroz, Janine Souza Costa (estagiária), Jéssica Luchi (estagiária), Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

**Relações Institucionais:** Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jussie Sedrez Chaves, Louisi Muller de Jesus (estagiária) e Patrícia Schneider de Amorim

**Clipagem:** Janine Souza Costa (estagiária), Lucas Gabriel Diniz e Moacir Cardoso

**Expedição:** Aionara Preis Gabriel (estagiária), Celso João da Rocha e Simone M. Alves



# PARLAMENTO CELEBRA O DIA DO VINHO

Santa Catarina é segundo maior produtor e tem marcas reconhecidas no mercado nacional



FOTOS FABIO QUEIROS

De iniciativa do deputado Padre Pedro Baldissera, ato destaca a produção de vinhos e sucos de 23 vinícolas catarinenses

## PROJETO PREVÊ INCLUSÃO DO SUCO DE UVA NA MERENDA

O presidente da Cooperativa de Crédito Rural de Tangará (Cresol), uma das organizadoras do ato, Antonio Luiz Vian, citou os benefícios econômicos gerados pelo setor, principalmente para os pequenos municípios. “Mais do que vinho, vamos exportar o trabalho e a dedicação de centenas de trabalhadores que dependem exclusivamente do cultivo da uva”.

Padre Pedro citou ainda medidas para o fortalecimento do setor, como a inclusão do suco de uva na merenda escolar, já adotada em alguns municípios catarinenses, e a concessão de benefícios fiscais para a cadeia produtiva do vinho. Esta última faz parte de um projeto de lei, de sua autoria, que tramita no Parlamento catarinense.

Participaram também do ato comemorativo os deputados Moacir Sopelsa (PMDB), Joares

Ponticelli (PP), Dirceu Dresch (PT) e Luciane Carminatti (PT), o diretor geral da SDR da Grande Florianópolis, Flávio Boemcke Bernardes, o prefeito de Pinheiro Preto, Euzébio Calisto Vieceli, o prefeito de Tangará, Robens Rech, o secretário de Agricultura de Pinheiro Preto, Aldir Rech, o secretário de Turismo e Eventos de Tangará, Roberto Bohnenberger, o secretário de Cultura e Turismo de Nova Trento, Eluísio Antônio Voltolini, o vereador do município de Tangará, Valmor Vivian, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Centro de Formação de Condutores de SC, Adalberto Galvão Paes Neto, o superintendente da Conab/SC, Sione Lauro de Souza, o presidente do Sindicato Rural de Tangará e representante da Faesc na Câmara Setorial de Uva e Vinha, Gilson Panceri.

### ALEXANDRE BACK

Segundo maior produtor de vinhos no país, Santa Catarina quer ser reconhecida também pela qualidade do produto. Para promover a atividade, que movimenta a economia do estado, foi realizado na noite de 1º, no hall do Palácio Barriga Verde, ato solene com a participação de parlamentares, lideranças estaduais e municipais e vitivinicultores. A iniciativa foi do deputado Padre Pedro Baldissera (PT) e marca a passagem do Dia do Vinho, instituído, através da Lei 14.711/09, de sua autoria. A solenidade foi seguida por uma degustação de vinhos e sucos de uva produzidos pelas 23 vinícolas catarinenses ali representadas.

Segundo o Sindicato das Indús-

trias do Vinho de Santa Catarina (Sindivinho), o cultivo da uva está presente em 4.800 hectares do território catarinense, espalhados por todas as regiões do estado. Do montante anual de 40 mil toneladas da fruta, são produzidos 20 milhões de litros de vinho, além de sucos e geleias.

Presidente do Sindivinho, Celso Panceri ressaltou que a qualidade dos vinhos catarinenses já está consolidada em mercados exigentes como Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos e República Tcheca, para onde são exportados, mas ainda é pouco conhecida dentro do próprio estado.

“Já ganhamos medalhas de ouro na França e Argentina, mas ainda falta o reconhecimento local. Importamos anualmente 10 milhões

de garrafas da bebida, quando a produção local poderia suprir esta demanda”, disse.

Para o deputado Padre Pedro, eventos como o Dia do Vinho, já celebrado em países como França e Espanha e no Brasil, no vizinho estado do Rio Grande do Sul, contribuirão para dar mais visibilidade aos produtos catarinenses, impulsionando o consumo responsável e o chamado “enoturismo”, ligado à gastronomia.

O parlamentar destacou ainda o papel social do segmento, formado em sua maioria por pequenos produtores e que envolve cerca de 2.500 famílias no cultivo da uva. “O momento é muito significativo para toda a sociedade catarinense, que tem muito a ganhar com o incremento da vitivinicultura”, disse.



No hall da Assembleia, produtores de vinho expõem seus rótulos

## INSCRIÇÕES PARA CERTIFICAÇÃO E TROFÉU DE RESPONSABILIDADE SOCIAL VÃO ATÉ O DIA 30



Novo prêmio foi abordado em workshops em 11 municípios do Estado

EDUARDO GUEDES DE OLIVEIRA

Empresas privadas e entidades com fins não-econômicos interessadas em participar da Certificação e do Troféu de Responsabilidade Social - Destaque SC têm até o dia 30 de junho para fazer a inscrição, mediante preenchimento do formulário eletrônico disponível no site [www.alesc.sc.gov.br/responsabilidade\\_social](http://www.alesc.sc.gov.br/responsabilidade_social). De acordo com a Comissão Mista de Responsabilidade Social, já estão em andamento 79 inscrições.

O certificado e troféu de Responsabilidade Social estão em sua primeira edição e foram criados através da Lei nº 12.918/2004. O objetivo é reconhecer as empresas que estejam cumprindo seu papel social, tanto em relação aos fun-



cionários, ao meio ambiente ou à comunidade onde estão inseridas. O certificado será concedido a todas as empresas e entidades que apresentarem seu balanço social atingindo a pontuação mínima em relação aos indicadores; o troféu será destinado a empresas privadas certificadas que apresentarem o melhor nível de desempenho.

No dia 1º, a Assembleia promoveu o último ciclo de 11 workshops sobre o tema “Responsabilidade

Social e o Processo de Certificação”. Os encontros divulgaram e orientaram as organizações interessadas em participar da certificação e reuniram 240 participantes.

Conforme Elisângela Schappo, membro da Comissão de Assessoramento à Comissão Mista de Responsabilidade Social, para realizar a inscrição basta preencher o formulário seguindo as instruções contidas no regulamento.

A Certificação e o Troféu Responsabilidade Social – Destaque SC é uma promoção da Assembleia Legislativa com participação do Ministério Público de Santa Catarina, CRC/SC, Fiesc, Sebrae, Observatório Social de Florianópolis, Conede/SC, Fampesc e Fecomércio.



# AUDIÊNCIA PÚBLICA DEBATE DESCENTRALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO DE SAÚDE NO ALTO VALE DO ITAJAÍ

Falta de médicos pediatras e de credenciamento a especializações são algumas das reivindicações a serem apresentadas ao Ministério da Saúde

LISANDREA COSTA

A descentralização da alta complexidade em pediatria e problemas do atendimento básico em saúde no Alto Vale do Itajaí foram tema de audiência pública promovida pela Comissão de Saúde, presidida pelo deputado Volnei Morastoni (PT), dia 3, em Rio do Sul. A comissão vai elaborar um relatório, reunindo as reivindicações colhidas, que será apresentado ao ministro da Saúde, Alexandre Padilha, que estará em Florianópolis no dia 8 de julho.

A falta de credenciamento para os atendimentos especializados, a carência de médicos pediatras, o déficit financeiro e a alta rotatividade de profissionais nos hospitais destacaram-se entre as dificuldades debatidas. Existem 28 municípios e 22 unidades hospitalares no Alto Vale do Itajaí, sendo os três principais o Hospital Bom Jesus, de Ituporanga, o Hospital Miguel Couto, de Ibirama, e o Hospital Regional do Alto Vale, de Rio do Sul.

A manutenção dos hospitais representa uma carga financeira grande para as prefeituras, lembrou o deputado Jorge Teixeira (DEM). Ele lamentou também a carência de profissionais da área médica.

O deputado Sargento Amauri Soares (PDT) destacou, por sua vez, a importância do debate para buscar soluções, uma vez que "os problemas da saúde em Santa Catarina são graves." Defendeu mais investimento para reajustar a tabela do Sistema Único de Saúde (SUS) e fortalecer o serviço.

O promotor da Infância e da Juventude, Marcelo Mengarda, afirmou que o Ministério Público Estadual tem uma preocupação com a contratação de profissionais, pois faltam pediatras



Região tem 28 municípios e 22 unidades hospitalares. Destes, os três principais são o Hospital Bom Jesus, de Ituporanga; Miguel Couto de Ibirama e Hospital Regional do Alto Vale, de Rio do Sul

para trabalhar nos plantões "A pediatria em plantão permanente é uma regra que precisa ser cumprida para que o Hospital Regional não perca o credenciamento de alta complexidade em pediatria." Outra deficiência são os atendimentos em ortopedia, que registra filas de até dois anos para procedimentos, conforme a secretária de Saúde de Rio do Sul, Sueli de Oliveira.

A audiência em Rio do Sul faz parte de uma série que a Comissão de Saúde tem promovido em todas as regiões

para fazer um diagnóstico do setor. O assunto já foi debatido no Sul, na Grande Florianópolis, no Oeste e no Planalto Serrano. Para o deputado Volnei Morastoni, a falta de pediatras no interior é um fator preocupante, que precisa ser resolvido. Outro aspecto relevante é a alta rotatividade dos profissionais. "Sem uma política de humanização da saúde e de valorização da equipe, não há fixação e não se desenvolve o profissionalismo porque não se tem satisfação e reconhecimento", defendeu.

## REPRESENTANTES DO EXECUTIVO APONTAM SOLUÇÕES

Administrado pela Fundação de Saúde do Alto Vale, o Hospital Regional é o que apresenta a situação financeira mais delicada. No primeiro trimestre de 2011, a unidade registrou déficit mensal de cerca de R\$ 300 mil, segundo Wilson Schulle, presidente da fundação. As dívidas ultrapassam R\$ 17 milhões.

A prefeita de Mirim Doce, Maria Luíza Kestring Liebsch, lembrou que fazer saúde tem custo e que as prefeituras extrapolam muito os investimentos em saúde, por isso vivem no limite da responsabilidade fiscal. Ela cobrou mais participação do Estado e da União. "Estamos sempre correndo para resolver as urgências, nunca conseguimos investir em prevenção."

O representante da Secretaria de Estado da Saúde, Valtér Gomes, ressaltou a urgência no reajuste da tabela do SUS. Ele também falou sobre a necessidade de que os hospitais pequenos voltem sua atuação para um atendimento vocacionado, conforme prevê a política de atendimento em rede do Ministério da Saúde.



Público acompanha debate e participa das reivindicações da região

## A REALIDADE DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA EM SC

Por iniciativa da deputada Ana Paula Lima (PT), a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e a Mulher, presidida pela deputada Luciane Carminatti (PT), realizou dia 2, no plenário Osni Régis, audiência pública para discutir a realidade da infância e da adolescência e do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente (CEDCA) em Santa Catarina. Na reunião, o público foi brindado por apresentação da Banda Combentu, de Tubarão.

A audiência culminou com reivindicações como a implementação do Plano Estadual de Enfrentamento à Exploração Sexual Infantojuvenil, do Plano de Erradicação do Trabalho Infantil e do Plano Socioeducativo; apoio aos projetos de lei 78/11 e 81/11, que dispõem sobre o Fundo da Infância e Adolescência (FIA) e medidas de segurança da convivência familiar às crianças e aos adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Entre outras medidas, reivindicaram a instituição no âmbito da Assembleia, a frente parlamentar em defesa da criança e do adolescente, o repasse de recursos ao Fundo da Criança e do Adolescente; estrutura e assessoria técnica ao CEDCA, a criação de uma comissão para monitorar e fiscalizar políticas voltadas às crianças e adolescentes e elaboração de uma moção de apoio ao governador para que receba a comissão a ser instituída. Pediram ainda a criação de um observatório social; qualificar os CREAS; apoio ao disque 100; ampliação do orçamento da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação; assistência judiciária à criança, ao adolescente e a sua família.

A secretária da Justiça e Cidadania, Ada Faraco de Luca, discordou da assertiva de que Santa Catarina está atrasada em relação aos outros estados no cuidado às crianças e adolescentes. Para ela, o país é que está atrasado, "não temos uma lei dura e se a temos, não é cumprida. A responsabilidade é de todos, do governo, do Judiciário e de toda sociedade civil".



Banda Combentu, de Tubarão, regida pelo professor maestro Jéferson Pinter, emociona público com apresentação

Ana Paula se mostrou indignada com a omissão do governo, que infringe a lei ao não oferecer prioridade absoluta às ações voltadas às crianças e adolescentes. Para a deputada, é uma vergonha que o estado não tenha assinado o Plano de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil. Assim como é um desrespeito a atitude do governo de não dotar o CEDCA de condições técnicas e logísticas a fim de bem cumprir sua obrigação legal. "Temos que nos unir para romper este ciclo de omissão", defendeu.

A secretária da Justiça e Cidadania, Ada Faraco de Luca, discordou da assertiva de que Santa Catarina está atrasada em relação aos outros estados no cuidado às crianças e adolescentes. Para ela, o país é que está atrasado, "não temos uma lei dura e se a temos, não é cumprida. A responsabilidade é de todos, do governo, do Judiciário e de toda sociedade civil".

Para a conselheira nacional dos direitos das crianças e adolescentes, Maristela Cizeski, Santa Catarina negligencia suas crianças. Segundo ela, nossos dirigentes dizem que vão resolver os problemas e nada fazem, desdenham os conselhos e desrespeitam meninos e meninas em situação de risco. Para a representante do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, Iza Maria do Rosário de Andrade, "todo o sistema está com problemas, entra governo, sai governo e tudo continua como está".

## ABUSO SEXUAL

De acordo com a coordenadora do Fórum Catarinense Pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual Infantojuvenil, Cláudia Rodrigues de Souza, 13% de todas as violências sofridas pelas crianças em Santa

Catarina têm o ingrediente sexual. Ela chamou a atenção para a falta de qualificação dos CREAS e para a ausência de uma política governamental para qualificar os agentes.

A representante catarinense na 9ª Conferência Nacional Sobre Direitos da Criança e do Adolescente, Aline Cristiane Buzzi, declarou que a "situação é pior do que se imagina". Ela lembrou que a "educação faz o jovem" e que se os adultos fazem algo errado, as crianças repetirão o exemplo. Para o coordenador do Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, Aureo Giunco Júnior, a situação não é mais precária porque a sociedade civil tem ocupado os espaços.

A coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude do Ministério Público, Priscila Linhares Albino, defendeu ações estatais para combater o problema em Santa Catarina.

## GILMAR KNAESEL DISPUTA A PRESIDÊNCIA DA UPM

A União de Parlamentares Sul Americanos e do Mercosul elege esta semana sua nova diretoria. A reunião será nesta quinta e sexta-feiras, em Buenos Aires, Argentina. O deputado catarinense Gilmar Knaesel (PSDB) é candidato à presidência. Seu nome foi lançado recentemente em Montevideu, por deputados brasileiros.

Knaesel já estabeleceu metas caso seja eleito presidente da UPM. Ele pretende mobilizar os parlamentares da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, além do Chile, na busca de mecanismos e legislações que favoreçam o desenvolvimento do turismo no Mercosul como, por exemplo, o fim das taxas aeroportuárias e, atendendo sugestão do Bloco Uruguai, a criação de um departamento junto à Comissão de Turismo, para tratar do setor da

terceira idade. No âmbito político, o parlamentar quer fortalecer a participação da UPM no Parlamento do Mercosul. A entidade já conquistou a representação dos deputados estaduais nas decisões do Mercosul por intermédio de um fórum.

## CRISE COMERCIAL

O encontro em Buenos Aires será fundamental para tratar dos entraves comerciais entre Brasil e Argentina, que persistem desde maio devido a dificuldades na liberação de licenças de importação. Participarão da Assembleia Geral Ordinária da entidade deputados estaduais dos quatro países do Mercosul.

A delegação do Brasil será formada por 18 parlamentares

representando as Assembleias Legislativas dos Estados do Amazonas, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, associadas à UPM. Participarão do evento por Santa Catarina os deputados Knaesel, Elizeu Mattos (PMDB), Kennedy Nunes (PP) e Dóia Guglielmi (PSDB).

O encontro entre os ministros Fernando Pimentel, do Brasil, e Débora Giorgi, da Argentina, realizado no último dia 2, foi considerado positivo pelos dirigentes da UPM, mas não fixou prazos para dar fim aos problemas que vem afetando setores importantes da economia. Em razão disso, a UPM decidiu intensificar as ações políticas.

Na reunião de Buenos Aires será elaborado um documento a ser enca-

minhado às autoridades econômicas dos governos da Argentina e do Brasil. A mobilização dos parlamentares estaduais do Mercosul demonstra a importância do comércio bilateral, que representa uma movimentação financeira superior a 30 bilhões de dólares por ano.



Gilmar Knaesel: candidato



Observado por Sargento Soares, Jorge Teixeira destaca carga financeira que hospitais representam para municípios



# AUDIÊNCIA DEFENDE APOIO PARA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Deputados aprovaram recentemente PEC que habilita empreendimentos solidários a receber recursos públicos

Promovida pela Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, presidida pelo deputado José Milton Scheffer (PP), audiência pública debateu, no dia 8, políticas públicas para a economia solidária. O tema foi incorporado por proposta de emenda constitucional, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera (PT), aprovada na semana passada, que acrescentou o inciso I do artigo 136 da Constituição Estadual, possibilitando apoio estadual para cerca de 1.300 empreendimentos solidários.

A reunião apontou para a necessidade de fortalecer o diálogo com o governo do estado e também para a criação de uma política de incentivos. Também foi defendida a criação de uma frente parlamentar e o reconhecimento, pelo Poder Público das diferenças e especificidades da economia solidária.

O representante do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Carlos Eduardo Arns, ressaltou a “bela tra-

jetória das experiências de economia solidária em Santa Catarina”. Arns informou que o Fórum Estadual de Economia Solidária diverge do governo federal, através do PL 865, que pretende incluir a economia solidária na Secretaria Nacional da Microempresa.

Arns explicou que há diferença entre as micro e pequenas empresas e os empreendimentos solidários. Naquelas, o objetivo é auferir o maior lucro para o dono ou sócios do empreendimento, enquanto na economia solidária os lucros são divididos entre todos os cooperados e/ou associados. “A economia solidária implica em princípios, valores e num modo de vida diferente”, enfatizou.

O secretário de Assistência Social, Trabalho e Habitação, Serafim Venzon, afirmou que já existe uma parceria entre os empreendimentos solidários e o governo do Estado. Ele defendeu a inclusão da economia solidária no PPA, para que recursos possam ser previstos nos orçamen-



Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia promove discussão no Plenário Osni Régis

tos. Venzon também anunciou que técnicos do BNDES garantiram que para cada real investido pelo estado e municípios na economia solidária, o banco entrará com R\$ 1, a fundo

perdido. “Faltam os projetos”, frisou.

Para a representante do Fórum Estadual da Economia Solidária, Cristina Bender, as 209 ações em 20 ministérios precisam de um órgão

articulador que compreenda as diferenças entre a economia solidária e as micro e pequenas empresas. Moacir Bernardi, representante da Cooperfronteira, insistiu na diferenciação.

## MUNICÍPIOS DESTACAM EMPREENDIMENTOS

Na audiência pública, representantes de diversos municípios falaram de suas experiências na economia solidária. Jaqueline Oliveira, empreendedora solidária de Blumenau, afirmou que no município existem cerca de 300 empreendimentos, que congregam catadores, costureiras, artesões, índios e quilombolas.

Segundo Vânia Regina Diehl, coordenadora do Projeto de Comercialização Solidária, se faz necessário apoiar a realização de feiras, investir na formação e capacitação dos trabalhadores, na legalização dos produtos, na prestação de assistência técnica e no estabelecimento de estratégias e redes de comercialização, além da concessão de crédito diferenciado, com juros menores e prazos maiores.

A professora Leila Severo Martins, da Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, destacou a parceria das incubadoras da Unochapecó, da FURB e da Univali na qualificação da mão-de-obra, na gestão dos negócios e na comercialização dos produtos. O representante da Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão (Anteag), Erasmo Pavesi, reivindicou tratamento

diferenciado e simplificado. Ele citou o caso da exigência de no mínimo 20 cooperados para a legalização de uma cooperativa, quando na Europa cinco ou seis empreendedores são suficientes.

Para o deputado Dirceu Dresch (PT), a economia solidária “é uma experiência maravilhosa e importante”. A deputada Luciane Carminatti (PT) destacou as dificuldades de comercialização, de crédito e de assistência técnica. “Temos recursos para os grandes empresários, mas infelizmente não temos para os pequenos”. O deputado Volnei Morastoni (PT) lembrou que os governos “precisam tratar de forma desigual os desiguais” e afirmou que a Assembleia é uma instância de diálogo e pode muito bem mediar a interlocução entre o governo e os membros da economia solidária.

Também participaram da audiência pública os deputados Neodi Saretta (PT), Angela Albino (PCdoB), Padre Pedro Baldissera (PT), além do diretor nacional de Economia Solidária, Valmor Schiochet, que prometeu considerar os encaminhamentos sugeridos na elaboração das políticas públicas da União voltadas ao segmento da economia solidária

## SC ABRE DISCUSSÃO DO NOVO PLANO DE DEFESA CIVIL

Santa Catarina deu a partida para a formação do Plano Nacional de Defesa Civil. O estado foi sede dia 3 da primeira, de uma série de cinco audiências públicas, promovida pela Comissão Temporária de Defesa Civil do Senado. O encontro, realizado em conjunto com a Comissão Permanente de Proteção Civil da Assembleia Legislativa, presidida pelo deputado Kennedy Nunes (PP), no Plenário Deputado Osni Régis recolheu sugestões de representantes dos três estados do Sul, entre prefeitos, bombeiros, bombeiros voluntários e pesquisadores. O objetivo é elaborar uma legislação adequada à realidade brasileira, com forte foco na prevenção e na educação.

A Comissão do Senado, instalada no começo de maio, tem 90 dias para percorrer o Brasil em busca de subsídios, informou o seu presidente, senador Jorge Viana (PT-AC). “Temos que dar uma contribuição efetiva para que se salvem vidas, por um intermédio de um sistema responsável de monitoramento e prevenção e, ao mesmo tempo, um eficiente sistema de socorro às vítimas dos problemas do nosso país continental”.

O relator da Comissão, senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), disse que Santa Catarina foi o estado escolhido para iniciar o processo devido ao seu histórico em desastres naturais e pela valiosa experiência das equipes de defesa civil municipais, estaduais e de grupos de voluntários. Além de ser a única Assembleia Legislativa a contar com uma comissão perma-

nente para cuidar do assunto. “As sugestões dadas foram riquíssimas, inclusive sobre tópicos que ainda não tínhamos pensado como a segurança aquática sugerida por Marcelo Nicéia, da equipe Anjos do Mar, que já atuou em muitos momentos de crise”, contou.

### EMERGÊNCIA

O secretário de Estado da Defesa Civil, Geraldo Althoff, chegou a classificar o trabalho conjunto como um momento de quebrar paradigmas e desburocratizar ações entre os representantes da defesa civil de estados e municípios. Ele estava acompanhado do secretário adjunto, major Márcio Luiz Alves, com longa atuação em casos de emergência como os deslizamentos de novembro de 2008, na

região de Blumenau, que deixaram mais de 100 mortos. Alves propôs uma ampla análise da legislação brasileira para verificar quais leis contribuem ou prejudicam o programa de proteção civil no país.

Vice-presidente da Comissão do Senado, o senador Inácio Arruda (PCdoB – CE) citou a experiência de outros países, inclusive da América do Sul, com mais preparo para atuar em casos de desastres.

Representantes de mais de 30 municípios dos três estados defenderam investimento na educação, desde o ensino fundamental. Representantes da defesa civil do Paraná e do Rio Grande do Sul também debateram os problemas de cada região que variam desde estiagem até inundações e vendavais e sempre esbarram na falta de recursos e de prevenção.



Comissão Temporária da Defesa Civil do Senado começa estudo por SC



# SINAL VERDE A INVESTIMENTOS

Projeto define competência da SC Participações e Parcerias

Na sessão ordinária do dia 8, os deputados aprovaram o Projeto de Lei 134/2011, do Executivo, que define competências e atribuições da SC Participações e Parcerias (SC Par). A medida possibilitará ao poder público promover investimentos através de parcerias público-privadas (PPPs).

Também foi aprovado o PL 143/2011, revogando dispositivos da Lei nº 13.992, de 2007, que institui o Programa Pró-Emprego.

A proposta, de autoria do Executivo, tem por objetivo remover artigos que estão sendo alvo de contestações quanto à constitucionalidade.

Ainda de autoria do governo do Estado, os parlamentares aprovaram o PL 163/2011, que altera a Lei 13.334, de 2005, que institui o Fundosocial, destinado a financiar programas de apoio à inclusão e promoção social.

De procedência do Legislativo, teve aval do Plenário o PL 88/2011, de autoria do deputado Darci de Mattos (DEM). O projeto determina o fornecimento de merenda escolar diferenciada aos estudantes com doença celíaca, diabetes, intolerância à lactose e hipoglicemia



Deputado Darci de Mattos tem aprovado projeto da merenda diferenciada

nas unidades educacionais da rede pública. Também foi aprovado o PLC 13/2011, do Tribunal de Justiça, que cria cargos no quadro de pessoal do Poder Judiciário.

Na sessão do dia 7, o Plenário deu sinal verde para o Projeto de Lei nº 15/11, de autoria do deputado Jean Kuhlmann (DEM), que tornou

obrigatória a presença do corretor de seguros ou de seu representante legal em todos os estabelecimentos que comercializam seguros em Santa Catarina.

A lei atinge os bancos, as lojas, as operadoras de cartões de crédito, as fundações, os sindicatos, as associações, as lotéricas.

## LANÇADA A FRENTE DE SOLIDARIEDADE A CUBA

Com a presença do cônsul-geral de Cuba, Lázaro Mendes Cabrera, foi lançada na Assembleia Legislativa, dia 7, a Frente Parlamentar Catarinense de Solidariedade a Cuba. Iniciativa da Associação Cultural José Martí de Santa Catarina (ACJM-SC), a frente suprapartidária conta com a participação de 16 parlamentares e será presidida pelo deputado Sargento Amauri Soares (PDT).

Conforme explicou Soares, o objetivo da frente é estreitar os laços entre os catarinenses e o povo cubano e difundir o respeito às normas internacionais que defendem o respeito à soberania e autodeterminação dos países. Os parlamentares também

vão trabalhar pela ampliação das relações econômicas, através de acordos bilaterais, e pela realização de convênios técnico-científicos entre universidades e instituições culturais e científicas. A frente tem ainda como propósito o fim do bloqueio econômico praticado contra Cuba.

Os deputados presentes ao ato de lançamento da frente registraram solidariedade ao povo cubano e manifestaram interesse em conhecer as experiências bem sucedidas do país nas áreas de saúde, educação e desenvolvimento científico. Além de Soares, participaram da solenidade os deputados Angela Albino (PCdoB), Dirceu Dresch (PT), Dirce Heiders-

cheidt (PMDB), Jorge Teixeira (DEM), Darci de Mattos (DEM), Jailson Lima (PT) e Volnei Morastoni (PT), e o vereador de Florianópolis, Ricardo Vieira (PCdoB).

O cônsul-geral de Cuba agradeceu a acolhida no Parlamento catarinense e qualificou como "magnífica" a relação que o país tem com o Brasil. Segundo Cabrera, "Cuba é um país em constante mudança sempre em busca de desenvolvimento social." Recentemente, no Congresso do Partido Comunista, foram aprovadas diversas alterações em relação às questões econômicas. O país, que apresenta índices de primeiro mundo em saúde e educação, tem muito mais do que isso para mostrar, conforme o cônsul-geral, que citou a seguridade social e o desenvolvimento tecnológico e científico, especialmente nas áreas de engenharia genética e biotecnologia, como pontos fortes da nação cubana.

Após a cerimônia de instalação da frente parlamentar foi realizada em Florianópolis, no auditório do Sindisaúde/SC, a Convenção Estadual de Solidariedade a Cuba. A etapa regional é preparatória à Convenção Nacional, que acontecerá entre os dias 23 e 25 de junho, no Memorial da América Latina, em São Paulo.



Frente que será presidida por Sargento Soares recebe visita de cônsul cubano

## NA TRIBUNA

### CPI DA NAVEGAÇÃO SEGURA

A deputada Angela Albino (PCdoB) propôs a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da navegação segura e da pedofilia, juntamente com o deputado Darci de Mattos (DEM). Os parlamentares pretendem investigar redes de pedofilia que atuam no estado. A criação da CPI tem o apoio do deputado Joares Ponticelli (PP) e das demais parlamentares da bancada feminina.



Angela: investigação

### DESENVOLVIMENTO

O deputado Altair Guidi (PPS) lamentou a desaceleração da economia da região Sul do Estado. Segundo ele, o PIB da região já é bem inferior à média catarinense, o que reflete em vários índices como qualidade da educação fundamental, atendimento de saúde e outros. Para o deputado, um dos fatores fundamentais para retomar o crescimento é o término da duplicação da BR-101 trecho Sul.



Guidi: duplicação da BR-101

### DISTRITO DA INOVAÇÃO

O deputado Jean Kuhlmann (DEM) ocupou a tribuna para lançar Blumenau como candidata à sede do primeiro Distrito da Inovação de Santa Catarina. A novidade é resultado da última viagem do governador Raimundo Colombo (DEM) à Europa, onde ele conheceu o Distrito de Inovação 22@barcelona, e agora estuda a criação de uma rede semelhante no estado. Kuhlmann afirmou que Blumenau é a cidade que melhor se enquadra dentro desta perspectiva inovadora e

indicou o Bairro Itoupava Seca para implantar o distrito.



Kuhlmann: experiência

### DIA DO MEIO AMBIENTE

O deputado Sílvio Dreveck (PP) anunciou que o município de São Bento do Sul foi o primeiro a pagar pelos serviços ambientais. No dia 5 de junho, considerado Dia Mundial do Meio Ambiente, 11 pequenos proprietários receberam valores que variam de R\$ 336,24 a R\$ 3.208,52 por terem preservado ou recuperado a área de proteção ambiental em torno do Rio Vermelho. No total, 49 proprietários serão remunerados.



Dreveck: preservação



# LANÇADA EM FLORIANÓPOLIS A EXPO-CONCÓRDIA

Feira que divulga as potencialidades econômicas do Oeste catarinense será realizada de 23 a 31 de julho em Concórdia

Gastronomia, dança típica e divulgação das potencialidades econômicas do Oeste catarinense marcaram o lançamento da Expo-Concórdia 2011, que será realizada de 23 a 31 de julho, no Parque Municipal Atilio Fontana e Concórdia. O evento foi lançado dia 7, no hall da Assembleia Legislativa, reunindo autoridades, representantes dos três poderes, lideranças políticas, comunitárias e empresariais, entre elas o presidente em exercício do Legislativo, deputado Moacir Sopelsa (PMDB).

Ao considerar um evento de extrema importância para o setor econômico do estado, em especial para região Oeste, Sopelsa, que já foi prefeito do município de Concórdia, falou sobre as vantagens de realizar um evento desta grandeza.

Segundo o parlamentar, não foi por acaso que o agronegócio aconteceu em Santa Catarina. “Em Concórdia temos um povo que trabalha dia e noite, sob sol e chuva para ver o município se desenvolver acompanhando os avanços tecnológicos. Atividades como essas, que promovem a troca de ideias e experiências que visam o desenvolvimento de diversos setores no estado, contam com o apoio do Parlamento catarinense”, comentou.

Visando dar maior visibilidade à Expo-Concórdia, Sopelsa informou que a Assembleia Legislativa estará presente na feira, com uma equipe de profissionais responsáveis pela cobertura do evento através da TVAL, Rádio Alesc Digital, e jornal AL Notícias.



Observado por Neodi Saretta, proponente do lançamento; presidente em exercício da Assembleia, Moacir Sopelsa, destaca força do agronegócio

## FEIRA TRADUZ A ECONOMIA DO GRANDE OESTE

Na condição de proponente do ato, o deputado Neodi Saretta (PT) ressaltou que a Expo-Concórdia transformou-se em referência não apenas no estado, mas no país. Segundo ele, a feira se constitui em síntese da economia do Grande Oeste catarinense e, é uma das poucas feiras multisetoriais a manter o sentido de integração e promoção da vasta região.

Também prefeito de Concórdia por dois mandatos, Saretta ressaltou que a intenção do lançamento em Florianópolis é mostrar um pouco do que será apresentado nos nove dias de evento. “Em âmbito nacional,

a expo-Concórdia tem por finalidade apresentar o que a região produz de melhor na indústria, comércio, agricultura, agropecuária e cultural.

O prefeito de Concórdia, João Girardi, agradeceu o Legislativo ressaltando a importância da oportunidade de poder apresentar um pouco do que a cidade produz. De acordo com Girardi, o evento ocorre a cada dois anos e sempre na época do aniversário do município. Em 2011 Concórdia completa 77 anos, e terá em suas comemorações durante a feira um bolo e uma mortadela, ambos com 77 metros de comprimento.

### A PROGRAMAÇÃO

Exposição e feira de Indústria, Comércio e Veículos;

Exposição: gado de corte e de leite;

Exposição: Suínos e Ovinos;

Mostra: Agricultura Familiar

Mostra: Artesanato;

Mostra: Pesca e Aquicultura

## ORGANIZADORES ESPERAM PÚBLICO DE 250 MIL PESSOAS NA FESTA

Maior produtor de suínos e aves, e maior bacia leiteira de Santa Catarina, Concórdia tem aproximadamente 70 mil habitantes. Com uma economia baseada na atividade agroindustrial, Concórdia ocupa entre os 293 municípios catarinenses a 11ª posição no índice de desenvolvimento humano e 12ª no índice de desenvolvimento social.

“Esperamos para esta edição um público de aproximadamente 250 mil pessoas para prestigiar, além da Expo-concórdia, a Festa Nacional do Leitão Assado (Fenal), que acontece anualmente, sendo considerada o maior evento nacional de divulgação do consumo da carne suína”, destacou o vice-prefeito e presidente da Comissão Central Organizadora da feira, Neuri Antonio Santhier.

Na solenidade de lançamento, foi apresentado vídeo sobre a cam-

panha de divulgação, o histórico da expo-feira e as potencialidades do município. O público ainda conferiu uma mostra do que a região produz.

O lançamento ainda foi brindado pela apresentação artística do grupo de Dança Folclórica Alemã “Regenbogen Volkstanzgruppe”, criado para preservar a cultura Alemã, sendo que Concórdia teve a presença germânica na sua formação populacional.

Também estavam presentes à solenidade de lançamento os deputados Dirceu Dresch (PT), Jailson Lima (PT), Darci de Matos (DEM), Mauro Nadal (PMDB), Silvio Dreveck (PP), Reno Caramori (PP) e Maurício Escudlark (PSDB). Após o ato, um café colonial com comidas da região foi servido. O evento teve apresentação musical de integrantes da “Oficina Artística” da Fundação Municipal de Cultura de Concórdia.



Público acompanha apresentação do grupo de Dança Folclórica Alemã “Regenbogen Volkstanzgruppe”